



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA VOLUNTÁRIA – PICVOL

**FAKE NEWS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: NECESSIDADE
DE LIMITAÇÃO?**

Fake news e liberdade de expressão

Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Subárea do conhecimento: Direito

Especialidade do conhecimento: Direito Digital

Relatório Final

Período da bolsa: de agosto de 2019 a julho de 2020

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica

PICVOL

Orientador: Lucas Gonçalves da Silva

Autor: Jaime Ferreira Souza Neto

Sumário

1 Introdução.....	3
2 Objetivos	3
2.2 Objetivo geral.....	3
2.3 Objetivos específicos	3
3 Metodologia.....	4
3.1 Delineamento do estudo e base de dados.....	4
3.3 Critérios de inclusão e exclusão	4
3.3.1 Periódicos Capes	4
3.3.2 CONPEDI.....	4
4. Resultados e Discussões	5
4.1 Estudos selecionados	5
4.2 Fake news - significado e o contexto.....	5
4.3 Consequências e problemática das notícias falsas: questões democráticas e direitos da personalidade	7
4.4 Direitos e garantias fundamentais e o caso especial da liberdade	9
5 Conclusões.....	11
6 Perspectivas de Futuros Trabalhos.....	12
7 Referências Bibliográficas.....	12
8 Outras Atividades.....	17
9 Justificativa de Alteração do Plano de Trabalho	19

1 Introdução

Não é dúvida, tampouco novidade, que a tecnologia trouxe diversas mudanças e impactos para a sociedade, em especial, a internet, teve papel fundamental nessas mudanças, mudando a forma que as pessoas se comunicam, mudando a forma que compram, mudando a forma que as pessoas vivem.

As revoluções, de um modo geral, geraram consequências gigantescas, e, a que pode ser considerada responsável por reger as atuais mudanças, é a Quarta Revolução Industrial ou a Indústria 4.0, trazendo meios para que a forma que a sociedade se entende quanto ser vivo fosse alterada.

Contudo, há pontos positivos, quanto pontos negativos. E aqui, insere-se a figura das *fake news*. A corrida presidencial norte americana em 2016 foi a vitrine que essa expressão precisava para passar cada vez mais a fazer parte do vocabulário popular.

Nesse sentido, as inúmeras consequências negativas dessa prática surgem, como, provavelmente, a mais grave: violação dos direitos fundamentais. Não foi fácil para a humanidade passar por tantos momentos em que seus direitos foram tolhidos em nome de qualquer ideal, e nesse momento, toda a luta histórica não pode ser esquecida por conta de um lobo vestido de ovelha: a *fake news* travestida de liberdade de expressão.

Diante dessa realidade, e de muitos estudos serem no sentido de compreensão da *fake news* como liberdade de expressão, identificou-se a necessidade de estudar o pertinente assunto, para que direitos caros à sociedade e ao indivíduo quanto pessoa não sejam vilipendiados.

2 Objetivos

2.2 Objetivo geral

- Compreender que fake news nas redes sociais não podem ser confundidas com liberdade de expressão.

2.3 Objetivos específicos

- Visualizar as consequências das *fake news*.

3 Metodologia

3.1 Delineamento do estudo e base de dados

A presente revisão bibliográfica buscou alcançar estudos que tratassem do fenômeno das *fake news*, bem como do direito e garantia fundamental da liberdade de expressão, considerando a imersão na era digital em que se pode ver a sociedade atualmente (HENRIQUE, 2018).

A seleção das bases de dados foi pautada na relevância para a área de estudo, a qual findou na escolha de duas bases: Periódicos CAPES e CONPEDI.

A pesquisa bibliográfica iniciou-se em 06 de julho de 2020, e a finalizada em 07 de julho de 2020, com a seleção de estudos.

3.3 Critérios de inclusão e exclusão

3.3.1 Periódicos Capes

Quanto a primeira base, a pesquisa se deu com a utilização da ferramenta de busca, utilizando as palavras “fake news” e “redes sociais”, marcando a opção de que ambas deveriam constar simultaneamente no resumo. Além disso, foi determinado que apenas apareceriam estudos revisados por pares, uma vez que há um foco evidente na validação das fontes e na certeza da produção científica com excelência (SPRINGER, 2020). Houve restrição aos estudos relacionados diretamente à área do Direito, além de daqueles que estavam em português.

Por fim, os critérios de exclusão foram: texto/url não encontrada; mais próximos do jornalismo; envolvimento de movimentos políticos; fonte em manutenção; e não pertinente ao tema abordado.

3.3.2 CONPEDI

Quanto a segunda base de dados, a seleção ocorreu manualmente. Esta base separa suas publicações em eventos, e dentro desses há seções com os temas/seções/grupos de trabalho. Assim, foi aberto cada um dos eventos, e selecionada as seções que tivessem relação com as seguintes palavras: “Tecnologia”, “Direito Fundamental” e “Garantia Fundamental”. O que fora determinante para a inclusão resume-se à presença das palavras-chave “fake news”, “liberdade de expressão” e/ou “redes sociais” no título e resumo.

O critério de exclusão resumiu-se ao uso de maneira negativa do critério de inclusão, ou seja, as seções não relacionadas tematicamente às citadas anteriormente foram excluídas, e, por consequência, os estudos presentes. Assim como fora feito na primeira base de dados, os trabalhos que não estivessem em português foram excluídos, bem como os que se limitavam a análise de movimentos políticos.

4. Resultados e Discussões

4.1 Estudos selecionados

A primeira base de dados apresentou 26 (vinte e seis) resultados que continham as palavras-chave selecionadas, entretanto, ao estabelecer que apenas seriam considerados o que estivessem em português, a amostra foi reduzida para 9 (nove). Ao fim, considerando os demais critérios de exclusão outrora anunciados, a amostra finalizou com 4 artigos.

Em relação à segunda base de dados, notou-se que por não haver uma ferramenta de busca, não foi possível mensurar a totalidade de artigos. Entratanto, de um total de 28 eventos, nacionais e internacionais, apenas 13 tiveram material pertinente ao trabalho. A amostra final, que tinham relação direta com fake news, liberdade de expressão e direitos fundamentais, resultou em 24 trabalhos.

Ao fim da seleção de estudos, ao unir os resultados provenientes de cada base de dados, a amostra final constou 28 estudos.

4.2 Fake news - significado e o contexto

É impossível pensar em uma sociedade em que não haja ou tenha havido comunicação. Independentemente de qual sociedade se esteja falando, e aqui não se deve limitar a um período no tempo, não houve alguma que estes não estivessem relacionados. A comunicação é a maneira pela qual a humanidade pode transmitir mensagens, e até mesmo a história (FERREIRA, 2010). Destaque elementar, mas importante, é que ela não está limitada ao falar ou emitir mensagem verbais ou escritas, mas também outros sinais são perfeitamente cabíveis, a exemplo de gestos (MESQUITA, 1998) e desenhos, se pensarmos na figura do indivíduo que é cego, mas não se limitando ao mesmo (DUARTE, 2004).

O impacto das *fake news* pode ser percebido, a princípio na comunicação. Com

a simples tradução, é possível identificar um “anúncio” do significado: notícias falsas. Entretanto, a profundidade é muito maior. Diferentemente do que se pensa, a gênese do termo data o século XIX, todavia a expressão foi difundida basicamente graças à corrida presidencial nos Estados Unidos da América em 2016 (NEVES; BORGES, 2020). E, expandindo o conceito, resulta que as *fake news* são aquelas notícias falsas que tem o *animus* e a capacidade de enganar o destinatário (DELMAZO; VALENTE, 2018).

É plausível ainda o aprofundamento no que se entende por outros tipos de questões envolvendo a informação e prejuízo para que não haja confusão. A primeira é a “informação equivocada”, em que uma informação falsa é compartilhada, mas não se busca prejudicar alguém. A segunda é a “não informação” - a própria fake news -, em que a informação é falsa e há interesse em causar prejuízo. E a última é a “má-informação”, em que a informação tem total procedência, entretanto é divulgada com o interesse em prejudicar, a exemplo de informações convidenciais que são vazadas (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017).

Assim, as *fake news*, no contexto da sociedade da informação, têm suas perspectivas de entendimento, implicações e práticas é alteradas consideravelmente. A atual sociedade, graças às tecnologias e internet, é marcada não só por uma produção em massa de informações, como em um fluxo quase imensurável, que faz com que a qualidade seja substituída pela quantidade, causando uma cegueira deliberada naqueles que a compõe (MORETZSHON, 2017).

Ainda em respeito às implicações de tais avanços tecnológicos na sociedade, nota-se a criação de bolhas. O indivíduo que outrora precisava sair de casa para o cumprimento de seus afazeres e socialização, não tem mais essa necessidade. Com isso ele irá consumir somente aquilo que o satisfaz, não será mais exposto aos pensamentos adversos que eram naturais encontrar ao sair de seu recinto. Não só isso, mas ele se cercará - virtualmente - daquilo e daqueles que compatibilizam 100% com sua personalidade, gostos e ideologias, e não só será averso completamente àquilo que não o interessa, mas também distante das diversidade e outras realidade, configurando, então, uma bolha (MORETZSHON, 2017).

Aliado a isso, ainda há a ferramenta dos *cookies*. Eles não passam de arquivos contidos no navegador que serão capazes de entender a preferência do usuário em algum

sítio digital (GUGIK, 2008). Em outras palavras, é uma ferramenta que identificará o perfil, através dos rastros de um usuário, desde coisas mais triviais como o tipo de roupa preferida, até algo mais profundo e sério, a exemplo de posicionamento político. Esse instrumento é praticamente o santo graal para os criadores de notícias, pois identificado um certo perfil, uma determinada notícia será muito mais impactante para aquele leitor.

Todas essas considerações a respeito dos impactos e mudanças tecnológicas criam um ambiente propício a proliferação de *fake news*. Além de todos esses fatores, a propagação das notícias falsas tem cada vez mais espaço devido ao desinteresse pessoal em averiguar a veracidade das informações que chegam. Ademais, para o indivíduo que está incluso em uma bolha, carregado de ego, e descompromissado com a realidade, a notícia, ainda que verdadeira, mas que o desgrate será encarada com desprezo ou total desconfiança, e a notícia falsa fará seus olhos brilharem e será tomada como verdade absoluta, perpetuando aquilo que já está em sua mente e coração.

Além desses pontos, o ambiente fica favorecido por fatores de ordem econômica. O fato da produção de notícia via internet, a exemplo nas redes sociais, ser de baixo ou nenhum custo, permite que, basicamente, qualquer um possa exercer essa capacidade. Assim, o mercado que outrora fora dominado inteiramente pelas grandes empresas de telecomunicação, passa a ter um espaço para novos informadores (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017).

Associado a todos esse facilitadores, ainda há a própria complexidade em que se deparará o receptor da fake news ao tentar averiguar a veracidade daquela notícia nas redes sociais, seja pela insuficiência de informações, pela página em que foi postada ou até mesmo pela própria natureza da notícia e/ou rede social (SILVA; OLIVEIRA, 2019).

4.3 Consequências e problemática das notícias falsas: questões democráticas e direitos da personalidade

A primeira das consequências a ser analisada diz respeito às questões eleitorais. É sabido que a corrida eleitoral norte americana em 2016 ficou marcada não só pela palavra “*fake news*” mas também acusações. O episódio da “Pizzagate” ilustra muito bem essa situação, em que notícias falsas foram divulgadas informando que a candidata Hillary Clinton financiava uma teia de pedofilia que se camuflava em uma pizzeria em Washington

(SOUZA; XAVIER, 2017).

O caso das eleições presidenciais nos Estados Unidos serviu para abrir os olhos, ouvidos e mente da população mundial para essa expressão que até então não era muito utilizada. Com isso, o ano de 2017 foi repleto de pesquisas e referências à expressão *fake news*, permitindo que a mesma passasse a ser considerada a palavra do ano pelo dicionário da editora britânica Collins (BBC, 2018).

No Brasil, a noção dessas notícias que buscam o benefício próprio, teve um breve prenúncio com as eleições de 2014, e passou a estar mais evidente com os fatos que desencadearam no então impeachment da então Presidente da República Dilma Rousseff, que foram marcadas principalmente pela presença de *bots* (robôs) disparando e impulsionando informações na rede (DOMINGUES; SILVA, 2018; OLIVEIRA, 2019; PÊGAS; AZEVEDO, 2017).

Esse cenário foi perpetuado, e esteve presente na eleição presidencial brasileira em 2018. O *Whatsapp* e o *Twitter*, dessa vez, estiveram muito mais presentes, e foram a arena para as acusações e reportagens que trataram dos disparos em massa para atacar a imagem e tirar a credibilidade de um dos envolvidos na corrida eleitoral, Fernando Haddad, e o seu partido (BARRETO JUNIOR; VENTURI JUNIOR, 2020)

Com essas informações a respeito dos acontecimentos, e observando o resultado de cada um desses eventos, vitória de Trump nas eleições de 2016 (GLOBO, 2016); Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 (EXAME, 2016); e vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018 (VEJA, 2018), não é difícil de se concluir que as *fake news* possuem poder suficiente para influenciar alguns acontecimentos. Através disso, percebe-se uma grande vítima das *fake news*: a democracia.

Depois de um período em que o Brasil esteve distante de direitos e garantias fundamentais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 religou a estrutura da nação com um instituto tão importante para a garantia dos mesmos: a democracia. O Brasil, juridicamente falando, é compreendido como um Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1988).

Desse modo, não se pretende em momento algum fomentar qualquer prática que venha afastar do ideário democrático. E é nesse sentido que as notícias falsas atacam diretamente a democracia, uma vez que, no cenário eleitoral, por exemplo, gera uma

concorrência desleal, posto que subverte o pensamento do eleitor (DOMINGUES; SILVA, 2018). Soma-se a esse problema, agravando, a realidade de que as *fake news*, utilização da informação de maneira inadequada, corrompendo o direito à informação, instituto e pilar fundamental à Democracia (BRASIL, 1988; HENRIQUE, 2018).

Ademais, a violação aos direitos fundamentais, de maneira específica também. Como já dito, a divulgação de *fake news* é uma violação à liberdade de informação, e essa abrange não somente o direito que a imprensa e os demais têm de comunicar relatos, como também o direito de ser informado (FAVERO; STEINMETZ, 2016). E a violação se dá tanto pela criação barreiras que impessam o exercício, como pelo corrupção do dado de informação que chegará no receptor (SOUZA; XAVIER, 2017).

Por fim, o nível de violação de direitos fundamentais com essa prática pode levar pode ultrapassar a mera esfera cível e vir a configurar determinados ilícitos penais, como a calúnia, injúria e difamação, desde que a conduta venha a ser tipificada, seja imputando um crime falsamente, seja ofendendo a dignidade, decoro ou até mesmo a reputação com alguma mentira que atinga a honra (BRASIL, 1940; OLIVEIRA; NEVES, 2019).

4.4 Direitos e garantias fundamentais e o caso especial da liberdade

Os direitos fundamentais são uma marca importante presente na constituição cidadã. Os mesmos estão intrinsecamente relacionados com o Estado democrático e constitucional, que tem por objetivo central a defesa da dignidade da pessoa humana e dos demais direitos. (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2019).

Os mesmos e sua evolução são estudados e compreendidos de acordo com suas gerações ou dimensões contexto (BOBBIO, 2004). A primeira delas data das revoluções no continente europeu do século XVIII, marcada pelo ideário liberal, e consequentemente o Estado Liberal, e é distinta pelos os direitos civis e políticos, em especial àqueles relacionados à liberdade. A segunda dimensão surge com o Estado Social, estimada pelos direitos sociais, econômicos e culturais, uma vez que as condições que os indivíduos estavam expostos no século XIX estava bem distante da igualdade material. A terceira é conhecida pelo ideário da solidariedade, iniciando a postulação e defesa dos direitos que não se limitam a um indivíduo, mas transcendem e alcançam a coletividade, os direitos

transindividuais e coletivos (PEREIRA, 2013; SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2019).

Em outros ordenamentos jurídicos, que ainda possuem a tradição romano-germânica, é comum que indiquem um rol extenso de direitos e garantias. No entanto, o Brasil se destaca pelo fato de não resumir uma grande quantidade de liberdades, como a de consciência, por exemplo, na liberdade de expressão, a qual seria a originária. (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2019)

A liberdade de expressão propriamente dita tem respaldo em vários incisos do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Essa liberdade diz respeito à possibilidade de livre manifestação de pensamento e opinião, e como anunciado, percebe-se que é a matriz da própria liberdade de informação, que abarca o ato de informar e ser informado, que outrora já fora tratada (RIBEIRO, 2016).

A importância dessas liberdades é tão tremenda a ponto de ser reconhecida a necessidade de estar presente em vários diplomas internacionais. Entretanto, isso não ocorre com o caráter de direito fundamental, mas de direito humano, terminologia, esta, utilizada quando se trata de assuntos que ultrapassam a questão de cada Estado Nação, mas tratam daquilo que nevrálgico para que a dignidade da pessoa humana seja conferida, independentemente do lugar, oriundo de lutas na história (ARENDT, 1979; PIOVESAN, 2005).

Além da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, marco no que se refere ao direito internacional e garantias para os indivíduos, grande parte dos subsistemas de direitos humanos fazem a defesa da liberdade de expressão, podendo observar a sua importância para a humanidade (CONVENÇÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1969; CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS, 1950; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Esses direitos fundamentais, e em especial, a liberdade passaram a ser usufruídos de maneira muito mais clara com os avanços tecnológicos e as mudanças de hábito da sociedade. Isso implica em uma nova forma de prática democrática, uma vez que não é preciso deixar a sua casa para exercê-los, já que o ambiente de debate passou a ser virtual, um exemplo claro da ciberdemocracia (BEZERRA, 2018).

Com isso, vários mecanismos surgiram para a dispor e tutelar os direitos,

considerando toda a perspectiva virtual. O Marco Civil da Internet é um desses instrumentos. A lei 12.965/2014, o tal mecanismo, estabelece que o uso da internet será fundamentada na liberdade de expressão e uma série de outros princípios e direitos, a exemplo, dos direitos humanos. Essa lei também é a normatização de que a internet passa a ser essencial para a cidadania, o que outrora não estava fundamentado juridicamente (BRASIL, 2014; FIORILLO; FULLER, 2016)

O próprio Marco Civil da Internet ainda estabelece situações em que com o devido processo legal, o juiz poderia determinar a retirada de algum conteúdo ilícito, que ferisse algum direito fundamental. Observar esses pontos, é observar o que está disposto na Constituição Federal, é torná-la efetiva, até porque a liberdade de expressão não é único direito tutelado pela carta magna. Assim, nota-se, nesse mecanismo, mais uma forma de tutela de direitos fundamentais, direitos da personalidade que poderiam ser atingidos por condutas inadequadas, a exemplo das próprias fake news. (LEAL; ANSELMO, 2015; MELLO, 2018; PAGANELLI; VECCHIATTI, 2015).

Assim, percebe-se que não há possibilidade de defesa de uma liberdade de expressão infinita. Quando há situações em que um direito está em colisão com outro, é necessário que haja o sopesamento, ponderação, é necessário observar, na referida situação, se algum desses direitos foi utilizado de maneira abusiva, extrapolando os próprios limites constitucionais e legais, porque se for o caso, não tem como essas atitudes continuarem travestidas de liberdade de expressão (JESUS; SILVA JUNIOR, 2017; LEAL; ANSELMO, 2015; SILVA, 2019).

5 Conclusões

Com a presente revisão bibliográfica, percebeu-se que o impacto dos avanços tecnológicos foi tremendo, alterando não somente como o indivíduo se porta isoladamente, quanto suas relações interpessoais. Esse fato provocou uma mudança no que se entende por democracia, e as formas de exercê-la, instaurando um novo conceito: ciberdemocracia.

Contudo, os avanços trouxeram e abriram espaço para realidades negativas, e o exemplo apresentado é o das *fake news*. Elas encontraram um ambiente que facilitou a sua proliferação, seja por uma maior facilidade em produção, seja pela falsa sensação de impunidade, e até mesmo por uma maior velocidade de difusão, posto que a sociedade atua

é ditada pela produção e consumo em massa de informações, ainda que falsas.

Nesse sentido, percebeu-se que essas notícias falsas somente trazem problemas, consequências negativas, tal como uma espécie de alienação do usuário, provocando abalos na democracia, como o caso dos impactos nas eleições americana e brasileira e outros eventos políticos. Soma-se a isso, o desrespeito e a violação a direitos fundamentais, como a honra e a própria liberdade de informação e expressão, que fica cativa de um embasamento falso.

Por fim, a liberdade de expressão não pode ser considerada um pretexto para práticas abusivas e, eventualmente, ilícitas, como as *fake news*. Dessa forma, ao provocar qualquer espécie de ato que venha impedir a proliferação ou a perpetuação dessas notícias, não se pode confundí-las com qualquer liberdade, uma vez que não se passa de má-fé travestida de direito. Assim, não há hipótese em que a liberdade de expressão e as *fake news* convergirão possam ser consideradas a mesma coisa.

6 Perspectivas de Futuros Trabalhos

Considerando que o assunto é de extrema pertinência, não houve esgotamento, tampouco se pretende esgotar, mas aprofundar. Dessa maneira, pretende-se que a pesquisa tenha prosseguimento.

7 Referências Bibliográficas

- ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 211–236, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. Rio de Janeiro: Documentário, 1979. *E-book*.
- BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco; VENTURI JUNIOR, Gustavo. Fake news em imagens: um esforço de compreensão da estratégia comunicacional exitosa na eleição presidencial brasileira de 2018. **Revista Debates**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 04–35, 2020.
- BBC. “Fake News” é eleita palavra do ano e ganhará menção em dicionário britânico - BBC News Brasil. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41843695>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BEZERRA, Eudes Victor. Ciberdemocracia; e-Cidadão e as Redes Sociais: a participação democrática na contemporaneidade. **XXVII Encontro Nacional do CONPEDI Salvador-BA**, [S. l.], v. Direito, G, p. 132–150, 2018. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/0ds65m46/1f77gz03/4KZ2monUfhF29o8A.pdf>.

Acesso em: 7 jul. 2020.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. *E-book*.

BRASIL. **Código Penal - Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. [S. l.: s. n.]

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. [S. l.: s. n.] Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de ABRIL de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. [S. l.: s. n.] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L9394.Html

CONVENÇÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Americana de Direitos Humanos - Pacto São José da Costa Rica**. [s. l.], 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 15 jul. 2020.

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. [s. l.], 1950. Disponível em: www.conventions.coe.int. Acesso em: 15 jul. 2020.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C. L. Fake News nas Redes Sociais Online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media and Jornalismo**, [S. l.], v. 18, n. 32, p. 155–169, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_11. Acesso em: 6 jul. 2020.

DOMINGUES, Juliana Oliveira; SILVA, Breno Fraga Miranda e. Fake News: um problema antitruste? **XXVII Encontro Nacional do CONPEDI Salvador-BA**, [S. l.], v. Direito, I, p. 176–196, 2018. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/0ds65m46/ik68e62r/L56HOdQ86R0emSd4.pdf>.

Acesso em: 7 jul. 2020.

DUARTE, Maria Lúcia Batezat. O Desenho como Elemento de Cognição e Comunicação Ensinando Crianças Cegas. **UDESC/FUNCITEC/CNPq**, [S. l.], v. Educação e, n. 16, 2004.

EXAME. **Caiu! Dilma sofre impeachment e não é mais presidente** | Exame. [s. l.], 2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/caiu-dilma-sofre-impeachment-e-nao-e-mais->

presidente/. Acesso em: 14 jul. 2020.

FAVERO, Sabrina; STEINMETZ, Wilson Antônio. Liberdade de Expressão e Direitos de Personalidade: colisões e complementariedades. **XXV Encontro Nacional do CONPEDI - Brasília/DF**, [S. l.], v. Direitos e, p. 193–208, 2016. Disponível em: <http://conpedi.daniloir.info/publicacoes/y0ii48h0/u3iu29o2/59Uhh0zNTzkYl73b.pdf>

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. *E-book*.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FULLER, Greice Patricia. Sociedade da Informação, Crimes e Direitos Humanos sob o Viés dos Países Centrais e Periféricos. **IV Encontro internacional do CONPEDI/OÑATI**, [S. l.], v. Crime, Soc, p. 44–63, 2016. Disponível em: <http://conpedi.daniloir.info/publicacoes/c50o2gn1/bgaa0e47/n5YV2s6z0kHs7x39.pdf>

GLOBO. **Donald Trump vence Hillary Clinton e é eleito presidente dos EUA - notícias em Eleições nos EUA 2016**. [s. l.], 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/11/donald-trump-vence-hillary-clinton-e-e-eleito-presidente-dos-eua.html>. Acesso em: 14 jul. 2020.

GUGIK, Gabriel. **O que são Cookies?**. [s. l.], 2008. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/web/1069-o-que-sao-cookies-.htm>. Acesso em: 14 jul. 2020.

HENRIQUE, Matheus Pires da Silva. **Fake News e Liberdade de Expressão: colisão de direitos fundamentais e a solução fora do judiciário**. [S. l.: s. n.] Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58820205/artigo.pdf?1554659689=&response-content-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58820205/artigo.pdf?1554659689=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DFake_news_e_liberdade_de_expressao_colis.pdf&Expires=1594781046&Signature=BXGjl52wfJhKV-qd2OBHy2ool1I1k9aMh22apOv~MpCQEvXLIkT1pj2cCv0G)

[disposition=inline%3B+filename%3DFake_news_e_liberdade_de_expressao_colis.pdf&Expires=1594781046&Signature=BXGjl52wfJhKV-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58820205/artigo.pdf?1554659689=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DFake_news_e_liberdade_de_expressao_colis.pdf&Expires=1594781046&Signature=BXGjl52wfJhKV-qd2OBHy2ool1I1k9aMh22apOv~MpCQEvXLIkT1pj2cCv0G)

[qd2OBHy2ool1I1k9aMh22apOv~MpCQEvXLIkT1pj2cCv0G](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/58820205/artigo.pdf?1554659689=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DFake_news_e_liberdade_de_expressao_colis.pdf&Expires=1594781046&Signature=BXGjl52wfJhKV-qd2OBHy2ool1I1k9aMh22apOv~MpCQEvXLIkT1pj2cCv0G). Acesso em: 6 jul. 2020.

JESUS, Raphael Angel Souza Mendes de; SILVA JUNIOR, Celso de Oliveira. “Fake News” no Século XXI: manipulação política e o problema na liberdade de expressão. **I Congresso de Tecnologias Aplicadas ao Direito**, [S. l.], v. Democracia, p. 95–100, 2017. Disponível em: <http://conpedi.daniloir.info/publicacoes/6rie284y/8klb3x80/1V0KxK8dD09fn9t8.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2020.

LEAL, Luziane de Figueiredo Simão; ANSELMO, José Roberto. Bloqueio de Conteúdos Ilícitos Postados nas Redes Sociais: uma decisão cidadã dentro do devido processo legal.

XXIV Encontro Nacional do CONPEDI - UFS, [S. l.], v. Direito e, p. 193–220, 2015.

Disponível em:

<http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/c178h0tg/vwk790q7/FUZoOpoGq13bu6K9.pdf>

MELLO, Rogerio Luis Marques de. Accountability de Fake News: buscando a verdade da notícia falsa. **XXVII Congresso Nacional do CONPEDI Porto Alegre - RS**, [S. l.], v.

Direito, G, p. 259–279, 2018. Disponível em:

<http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/34q12098/15d3698u/24re19L81AhQh191.pdf>

MESQUITA, Rosa Maria. COMUNICAÇÃO NÃO-VERBAL: RELEVÂNCIA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL. **Revista Paulista de Educação Física**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 163, 1998.

MORETZSHON, Sylvia Debossan. “Uma legião de imbecis”: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária | “A legion of imbeciles”: hyperinformation, alienation, and the fetishism of libertarian technology. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2017.

Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v13i2.4088>

NEVES, Bárbara Coelho; BORGES, Jussara. Por que as fake news têm espaço nas mídias sociais? uma discussão a luz do comportamento infocomunicacional e do marketing digital. **Informação e Sociedade: Estudos**, [S. l.], p. 1–22, 2020.

OLIVEIRA, Beatriz Martins de; NEVES, Marcelo Nogueira. Fake News no Ambiente Cibernético: Responsabilidade Penal pelo Compartilhamento de Conteúdo Ilícito. **XXVIII Encontro Nacional do CONPEDI Goiânia - GO**, [S. l.], v. Direito, G, p. 43–58, 2019.

Disponível em:

<http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/no85g2cd/twsv4bw4/OAJmf5WovRGLBL0L4.pdf>

OLIVEIRA, Natália Andrade Arantes de. O Departamento de Imprensa e Propaganda da Era Digital: as recentes consequências das fake news para a democracia no Brasil. **II Congresso do Conhecimento**, [S. l.], v. Estado, Ed, p. 26–31, 2019. Disponível em:

<http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/3tk2g038/6546kb5n/LCXYUsPdwihs5uAf.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. [S. l.], s. n.] Disponível em:

https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf

PAGANELLI, Celso Jefferson Messias; VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. O curtir do Facebook como Manifestação da Liberdade de Expressão: uma nova tecnologia sob proteção

constitucional. **XXIV Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara**, [S. l.], v. Direito, G, p. 428–455, 2015. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/66fsl345/81s48682/PSHDutd8Zg0I2Il6.pdf>

PÊGAS, Laura Fonseca; AZEVEDO, Caio Cabral. Democracia, Eleições e Tecnologia: a influência das fake news na corrida eleitoral. **I Congresso de Tecnologias Aplicadas ao Direito**, [S. l.], v. Democracia, p. 41–46, 2017. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/6rie284y/8klb3x80/P2s540A4A90b6840.pdf>.

Acesso em: 7 jul. 2020.

PEREIRA, Luciano Meneguetti. As Dimensões de Direitos Fundamentais e Necessidade de sua Permanente Reconstrução Enquanto Patrimônio de Todas as Gerações. **Revista Conexão Eletrônica**, [S. l.], 2013. Disponível em: <http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/sumario/2013/downloads/2013/3/33.pdf>.

Acesso em: 15 jul. 2020.

PIOVESAN, Flavia. Ações Afirmativas da Perspectiva dos Direitos Humanos. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 35, n. 124, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RIBEIRO, Ana Luisa de Oliveira. Expressão e Imprensa como Direitos Fundamentais. **V Encontro Internacional do CONPEDI Montevidéu - Uruguai**, [S. l.], v. Direitos e, p. 192–212, 2016. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/9105o6b2/v2zhni84/Yxskk6O3UQyz13K1.pdf>

SANTOS, B. P. *et al.* Indústria 4.0: Desafios e Oportunidades. **Revista Produção e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 13, 2018.

SARLET, Ingo W.; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. *E-book*.

SILVA, Eduarda Vitória Calisto da. A Livre Manifestação do Pensamento em um Novo Espaço Virtual: a valorização demasiada às liberdades como fundamento para os discursos ofensivos. **II Congresso do Conhecimento**, [S. l.], v. Crimes Cib, p. 4–9, 2019. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/3tk2g038/tb3l4p0l/FsQJ6i5z1Me6F3fX.pdf>

SILVA, Thiago Dias; OLIVEIRA, Luciana Duarte. O Monopólio da Verdade na Era das Fake News. **Revista Ratio Juris**, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 109–126, 2019. Disponível em: <https://publicaciones.unaula.edu.co/index.php/ratiojuris/issue/view/69/16>. Acesso em: 6 jul.

2020.

SOUZA, Luiza Camilo de; XAVIER, Cleber de Jesus. Fake News e Manipulação da Opinião Pública: desafios para a afirmação da democracia brasileira FAKE NEWS E MANIPULAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA: DESAFIOS PARA A AFIRMAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA. **I Congresso de Tecnologias Aplicadas ao Direito**, [S. l.], v. Democracia, p. 54–60, 2017. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/6rie284y/8klb3x80/KIzQ1Woxjaqyf71y.pdf>.

Acesso em: 7 jul. 2020.

SPRINGER. **Processo de revisão por pares**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.springer.com/br/authors-editors/authorandreviewertutorials/submitting-to-a-journal-and-peer-review/peer-review-process/12011818>. Acesso em: 14 jul. 2020.

VEJA. **Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil**. [s. l.], 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-do-brasil/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

WARDLE, Claire; DERA KHSHAN, Hossein. **INFORMATION DISORDER : Toward an interdisciplinary framework for research and policy making Information Disorder Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. [s. l.], 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em: 14 jul. 2020.

8 Outras Atividades

Entre agosto de 2019 e julho de 2020, período dedicado a esse projeto de pesquisa, houve a participação em ações de extensão e eventos.

- Como membro de equipe organizadora das ações de extensão:
 - 2019 - XXXVIII SIMPÓSIO TRANSNACIONAL DE ESTUDOS CIENTÍFICOS. Realizado na Universidade Federal de Sergipe, no período: 19/11/2019 - 20/11/2019, com carga horária de 3 horas.
 - 2019 - XXV SEMINÁRIO INTERNACIONAL - JUSTIÇA FEDERAL. Realizado na Universidade Federal de Sergipe, no período: 18/11/2019 - 21/11/2019, com carga horária de 6 horas.
 - 2019 - XVIII JORNADA INTERNACIONAL MERCOSUL E UNIÃO

EUROPEIA. Realizado na Universidade Federal de Sergipe, no período: 18/11/2019 - 21/11/2019, com carga horária de 9 horas.

- 2019 - V JORNADA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Realizado na Universidade Federal de Sergipe, no período: 18/11/2019 - 20/11/2019, com carga horária de 3 horas.
- 2019 - PANATHENAIA XVIII. Realizado na Universidade Federal de Sergipe, em 22/11/2019, com carga horária de 3 horas.
- 2019 - V SEMINÁRIO DIREITO, ARTE E LINGUAGEM. Realizado na Universidade Federal de Sergipe, no período: 20/11/2019 - 21/11/2019, com carga horária de 3 horas.
- 2019 - VI SEMANA ACADÊMICA DA UFS - VI SEMAC - CONTROVÉRSIAS CONTEMPORÂNEAS IX – NOTURNO. Realizado na Universidade Federal de Sergipe, no período: 06/11/2019 - 08/11/2019, com carga horária de 7 horas.
- 2019 - VI SEMANA ACADÊMICA DA UFS - VI SEMAC - CONTROVÉRSIAS CONTEMPORÂNEAS VIII - VESPERTINO. Realizado na Universidade Federal de Sergipe, no período: 06/11/2019 - 07/11/2019, com carga horária de 8 horas.
- Como público alvo das ações de extensão:
 - CR419 - 2019 - VI SEMAC - 29º EIC/COPES - GERENCIAMENTO DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: MENDELEY T1. Realizado na Universidade Federal de Sergipe, em 05/11/2019, com carga horária de 4 horas.
- Participações de Webinars relacionados ao Direito Digital:
 - COVID-19, RISCOS CIBERNÉTICOS E HOME OFFICE: MINIMIZANDO IMPACTOS. Evento online, ministrado por Marta Schuh, com carga horária de 1 hora e 30 minutos.
 - INTERSECÇÃO ENTRE PROGRAMAS DE COMPLIANCE E DE PRIVACIDADE. Evento online, ministrado por Fernanda Villela, com

carga horária de 1 hora e 30 minutos.

- BLOCKCHAIN E LGPD SÃO COMPATÍVEIS. Evento online, ministrado por Renata Baião, com carga horária de 1 hora e 30 minutos.
 - ESTAMOS PREPARADOS PARA A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL? Evento online, ministrado por Paula Rodrigues, com carga horária de 1 hora e 30 minutos.
-
- Participação do CURSO PREPARATÓRIO PRÉ-PIBIC, referente ao Edital N°02/2019 COPES/POSGRAP/UFS

9 Justificativa de Alteração do Plano de Trabalho

No que se refere ao plano de trabalho, este permaneceu sem mudanças. Entretanto, vale salientar que devido a pandemia do COVID-19, não houve possibilidade da continuação dos encontros e reuniões, impossibilitando, também a tomada de decisões quanto a publicação do artigo, todavia, as demais tarefas continuaram.